



RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO
DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO



4ºTRIMESTRE DE 2016

Sumário Executivo

No presente relatório são analisados os dados da execução orçamental do Município de Vila Real de Santo António, referentes ao 4.º trimestre de 2016, face às metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro, do Município sendo que o cumprimento das medidas previstas no mesmo plano são, em síntese, as seguintes:

1. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal (PAM) do Município de Vila Real de Santo António

1.1. As medidas previstas no PAM, para o reequilíbrio orçamental, foram cumpridas na sua generalidade, nos termos previstos.

1.2 As medidas relativas ao Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e Assistência Financeira previstas no PAM foram cumpridas na sua globalidade.

1.3 No entanto, foram identificados alguns atrasos, nomeadamente, na implementação das medidas de contenção de despesa com os encargos variáveis ou eventuais, bem como a adoção de medidas relativas aos contratos de arrendamento e aluguer.

2. Execução orçamental face às metas definidas no Programa de Ajustamento Municipal

2.1. **A receita total apresentou, no período em análise, um acréscimo de 26,8% (€ 3,1 M) face ao montante definido no PAM**, tendo-se verificado um acréscimo de 9,7% (€ 459,7 m) na receita corrente e de 38,9% (€ 2,6 M) na receita de capital.

2.2. **A despesa total, expurgando os pagamentos referentes a dívida incluída no plano de reestruturação de dívida (PRD) com o recurso a receita própria, apresentou um acréscimo de 0,6%.** Sem expurgar os pagamentos referidos, a despesa total apresentou, no mesmo período, um acréscimo de cerca de 18,8% (€ 2,1 M) face ao montante definido no PAM, apresentando um aumento de 1,2% (€ 284,0 m) na despesa corrente e 5,1% (€ 325,3 m) na despesa de capital. Os compromissos registados que ficaram por pagar representam cerca de 27,7% (€ 11,1 M) do total dos compromissos assumidos.

2.3. No saldo total regista-se um **desvio positivo de € 325.260**, face ao valor previsto no PAM.

3. Principais considerações

3.1. Após a análise ao cumprimento das medidas contratualizadas no PAM, conclui-se que, no que se refere ao equilíbrio orçamental, Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e execução orçamental no 4.º trimestre de 2016, as mesmas foram globalmente cumpridas.

3.2. No que se refere à Análise da Execução Orçamental, até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM, a receita total apresenta um desvio positivo de cerca de 6,5% e a despesa total um desvio também positivo de cerca de 0,1%. Acresce que, expurgando o valor de pagamentos de dívida constante no PRD, com recurso a receita própria, a execução da despesa ficaria abaixo do previsto em cerca de 0,6%.

3.3. A evolução positiva dos saldos orçamentais, nomeadamente do saldo total e saldo primário efetivo, face às previsões em período de ajustamento, espelham uma execução orçamental bastante positiva.

Sumário Executivo

Principais Indicadores - Dezembro de 2016 (variação face ao PAM)



Índice

Introdução.....	5
Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António.....	7
Reequilíbrio orçamental.....	7
Receita.....	7
Despesa.....	8
Plano de Reestruturação da Dívida (PRD).....	9
Assistência Financeira.....	10
Análise da execução do orçamento municipal (OM) até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM.....	11
Receita.....	13
Despesa.....	20
Saldos orçamentais.....	28
Análise Patrimonial do Município até ao 4.º trimestre de 2016.....	29
Balancete de Dezembro de 2016 (resumo).....	29
Indicadores Patrimoniais.....	32
Análise do Endividamento do Município até ao 4.º trimestre de 2016.....	34
Conclusões.....	35
Proposta e considerações finais.....	37
Glossário.....	38
Anexo I - Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 4.º Trimestre de 2016 - julho de 2017).....	41
Anexo II - Balancete de Dezembro de 2016.....	43

Índice de Quadros e Gráficos

QUADRO 1 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Reequilíbrio orçamental da receita.....	7
QUADRO 2 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Reequilíbrio orçamental da despesa.....	8
QUADRO 3 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Plano de Reestruturação da Dívida (PRD).....	9
QUADRO 4 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita do 4.º trimestre.....	14
QUADRO 5 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita acumulada ao período de referência.....	15
QUADRO 6 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Compromissos assumidos.....	21
QUADRO 7 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa do 4.º trimestre.....	22
QUADRO 8 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa acumulada ao período de referência.....	23
QUADRO 9 – Análise Patrimonial do Município – Balancete de Dezembro de 2016 (resumo).....	30
GRÁFICO 1 – Comparação entre a execução da Receita Corrente e o PAM.....	16
GRÁFICO 2 – Comparação entre a execução da Receita de Capital e o PAM.....	17
GRÁFICO 3 – Estrutura da Receita.....	18
GRÁFICO 4 – Comparação entre a execução da Despesa Corrente e o PAM.....	24
GRÁFICO 5 – Comparação entre a execução da Despesa de Capital e o PAM.....	25
GRÁFICO 6 – Estrutura da Despesa.....	26

Introdução

A Lei n.º53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, doravante Lei do FAM, ao aprovar o regime jurídico da recuperação financeira municipal e ao regulamentar o Fundo de Apoio Municipal (FAM), visa estabelecer os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permita ao Município atingir e respeitar o limite de dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sempre que o Município se encontre em situação de rutura financeira é obrigado a recorrer ao FAM.

Encontrando-se o Município de Vila Real de Santo António em rutura financeira, o mesmo aderiu ao mecanismo previsto na Lei do FAM, nos termos do estipulado normativo referido no parágrafo anterior. O Município apresentou uma proposta de Plano de Ajustamento Municipal (PAM), em maio de 2015, conforme previsto no art.º 24.º da Lei do FAM . Na sequência da análise da DGAL e da Direção Executiva do FAM à referida proposta, o Município apresentou uma nova versão do PAM, em abril de 2016, a qual foi avaliada, alterada e aprovada pela Direção Executiva do FAM e mereceu a pronúncia prévia da Comissão de Acompanhamento, nos termos dos art.ºs 9.º e 11.º, respetivamente, ambos da Lei do FAM.

O PAM aprovado tem como objetivo principal a redução da dívida total do Município, até ao limite previsto no n.º1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Para o cumprimento desse desiderato, foram estabelecidas medidas orçamentais, com limites quantitativos, tanto na receita como na despesa, um plano de reestruturação da dívida, tendo-se vinculado o Município a obrigações de monitorização do cumprimento do PAM e à celebração de um contrato de empréstimo de assistência financeira com o FAM, até ao montante de € 19.619.907,20 (dezanove milhões, seiscentos e dezanove mil, novecentos e sete euros e vinte cêntimos), pelo prazo de 20 anos.

O contrato de empréstimo de assistência financeira celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e o FAM, assinado a 11 de maio de 2016, foi visado pelo Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 11 de outubro de 2016.

Introdução

Conforme o previsto no n.º 1 do art.º 29.º da Lei do FAM, compete à Direção Executiva do FAM definir a estrutura da monitorização dos PAM, tendo para o efeito a mesma deliberado na reunião de 28 de outubro de 2016, a estrutura da informação necessária e adequada a prestar pelos Municípios com os contratos PAM e de empréstimo e de assistência financeira visados pelo Tribunal de Contas.

O Município de Vila Real de Santo António apresentou, no dia 5 de julho de 2017, um relatório para a monitorização do PAM para o 4.º trimestre de 2016, bem como os anexos da execução orçamental e execução do plano de reestruturação de dívida (PRD).

O relatório de acompanhamento do PAM, para o 4.º trimestre de 2016, apresentado pelo Município incluiu a certificação do auditor externo nos termos do n.º 2 do art.º 29.º da Lei do FAM.

Nos termos da alínea d) e e) do art.º 9.º, da Lei do FAM, compete à Direção Executiva do FAM monitorizar a execução dos PAM e elaborar o respetivo relatório de acompanhamento. Segundo o disposto no art.º 29.º, do mesmo diploma legal, os Municípios aderentes ao Programa de Ajustamento Municipal têm de reportar a informação necessária à monitorização do referido programa, devendo ainda apresentar um anexo ao relatório de gestão sobre a execução do PAM, onde conste a justificação dos desvios verificados.

Neste sentido, o presente relatório visa a análise do cumprimento e acompanhamento do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António, apresentando-se na primeira parte todas as medidas contidas no PAM, bem como as informações prestadas pelo Município, em sede de monitorização, verificando-se o adequado cumprimento das mesmas. Numa segunda parte pretende-se analisar a execução orçamental do Município em relação às previsões constantes nos formulários de execução orçamental previstos no PAM, no que respeita à receita, despesa e saldos orçamentais. Finalmente, nas conclusões pretende-se avaliar a execução do Programa e emitir recomendações de ajustamento, tendo em vista a libertação da tranche subsequente do capital referente ao empréstimo de assistência financeira.

I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

1. Reequilíbrio orçamental

1.1. Receita

QUADRO 1 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Reequilíbrio orçamental da receita

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
Deliberar anualmente a participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) à taxa máxima;	Anexo I alínea a)	Medida cumprida
Deliberar anualmente lançar a derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas à taxa máxima;	Anexo I alínea b)	Medida cumprida
Deliberar anualmente fixar a taxa máxima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);	Anexo I alínea c)	Medida cumprida
Não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos no que se refere às taxas de IMI e de derrama;	Anexo I alínea d)	Medida cumprida
Análise e proposta de revogação de benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja da competência do município, bem como a abster-se de conceder benefícios durante a vigência do PAM, exceto se autorizado pelo FAM mediante justificação das vantagens económicas para o Município;	Anexo I alínea e)	Medida cumprida
Fixar os preços a cobrar nos sectores do saneamento, água e resíduos as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM;	Anexo I alínea f)	Medida cumprida
Adotar as medidas conducentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, aplicação de coimas, instauração de processos de execução fiscal, designadamente no que se refere à arrecadação de receita, com os impactos, por ano, constantes do Mapa 1, anexo ao PAM;	Anexo I alínea g)	Medida cumprida
Atualizar anualmente a tabela municipal de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente;	Anexo I alínea h)	Medida cumprida
Utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente aquela que decorrer da venda de bens de investimento;	Anexo I alínea i)	Medida cumprida
Efetuar as comunicações legalmente previstas, nos termos e para os efeitos previstos nas alíneas anteriores, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira;	Anexo I alínea j)	Medida cumprida
Informar o FAM acerca do cumprimento das comunicações referidas na alínea anterior, apresentando evidência de tal cumprimento;	Anexo I alínea k)	Medida cumprida

I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

1. Reequilíbrio orçamental

1.2. Despesa

QUADRO 2 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Reequilíbrio orçamental da despesa

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
Não adotar quaisquer procedimentos de recrutamento de pessoal ou celebrar quaisquer contratos de trabalho, que tenham como objetivo substituir trabalhadores que se aposentem ou se reformem, salvo prévia autorização do FAM;	Anexo I alínea l)	Medida cumprida
Promover a racionalização da aquisição de serviços, mediante análise de valores mensais e fixação de requisitos para novas contratações e renovações, por forma a reduzir as despesas, de acordo com os objetivos fixados no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea m)	Medida cumprida
Monitorizar os encargos variáveis ou eventuais, designadamente com trabalho suplementar, ajudas de custo e outras despesas com deslocações, por forma a respeitar os limites quantitativos de despesa constantes do Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea n)	Medida não cumprida
Não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa;	Anexo I alínea o)	Medida não cumprida
Proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos constantes do Mapa 2, anexo ao PAM, comprometendo-se a partir do final do período de ajustamento a não aumentar a despesa realizada a um ritmo superior à taxa de inflação;	Anexo I alínea p)	Medida parcialmente cumprida
Promover a racionalização do consumo de eletricidade, nos edifícios municipais e na iluminação pública, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea q)	Medida cumprida
Renegociar e promover rescisões de contratos de arrendamento e aluguer, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea r)	Medida não cumprida
Racionalizar do consumo de água, nos edifícios municipais e espaços públicos, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea s)	Medida parcialmente cumprida
Renegociar dos contratos de seguros, comunicações, manutenção e assistência técnica, combustíveis e energia, cumprindo os objetivos de despesa com aquisição de bens e serviços definidos no Mapa 2, anexo ao PAM;	Anexo I alínea t)	Medida cumprida
Promover a redução e racionalização das "Transferências para Instituições sem Fins Lucrativos", cumprindo os objetivos de despesa com transferências e subsídios definidos no Mapa 2, bem como a apresentar uma proposta alternativa quanto à forma de atribuição dos subsídios a clubes e associações pela utilização do Complexo Desportivo de VRSA, até ao final do primeiro semestre de 2016;	Anexo I alínea u)	Medida parcialmente cumprida
Implementar medidas de redução da despesa corrente e de capital, com os impactos mínimos, por ano, constantes do Mapa 3, anexo ao PAM;	Anexo I alínea v)	Medida cumprida

I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

2. Plano de Reestruturação da Dívida (PRD)

QUADRO 3 – Medidas do Plano de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António – Plano de Reestruturação da Dívida (PRD)

Objetivo	Reporte do Município	Cumprimento
Respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do Plano de Reestruturação da Dívida constantes do Vol. II, anexo 1 b., que deste contrato fazem parte integrante	Anexo I alínea w)	Medida cumprida
Adotar as deliberações necessárias, no âmbito do n.º 3 do artigo 26º da LFAM e sujeitar os acordos destinados a alterar as condições atuais de empréstimos que constituam dívida pública fundada a visto prévio do Tribunal de Contas	Anexo I alínea x)	Medida cumprida
Verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente no que se refere aos procedimentos de contratação pública	Anexo I alínea y)	Medida cumprida
Não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa	Anexo I alínea z)	Medida cumprida

I. Medidas do Programa de Ajustamento Municipal do Município de Vila Real de Santo António

3. Assistência Financeira

3.1. Execução das *tranches*, pagamentos efetuados e amortização de empréstimo.

O FAM transferiu para o Município, no dia 23 de novembro de 2016, a quantia de € 5.541.756,45, ao abrigo do contrato de empréstimo e de assistência financeira visado pelo Tribunal de Contas em 11 de outubro de 2016.

No relatório de monitorização, o Município informou que o montante recebido foi utilizado para efetuar os seguintes pagamentos:

- a) Dívida Financeira - € 0,00
- b) Dívida não Financeira (Fornecedores) - € 5.446.656,59

Total da dívida paga pelo Município - € 5.446.656,59

Saldo residual face à tranche do FAM - € 95.099,86 (Valor Penhorado - Auto de penhora do processo n.º 120/12.9TBVRS)

Adicionalmente o Município informou que procedeu ao pagamento de € 2.781.873,28, referente a dívida financeira, e € 278.488,59, referente a dívidas não financeira (fornecedores), utilizando verbas provenientes da receita própria gerada.

No período em análise não houve lugar a amortizações por estar a decorrer o período de carência de capital, não tendo sido liquidados juros na medida em que o primeiro desembolso foi concedido após a emissão das faturas dos juros liquidados referentes ao segundo semestre de 2016 .

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

As medidas e as obrigações previstas no PAM refletem-se quantitativamente em metas orçamentais, tanto do lado da receita como da despesa, resultando em objetivos quanto ao saldo (poupança) a obter tendo em vista, nomeadamente, assegurar o pagamento dos encargos com o empréstimo contraído ao abrigo da assistência financeira concedida pelo FAM bem como reduzir o rácio da dívida total do município nos termos programados.

Na presente análise, avalia-se a execução orçamental nas perspetivas trimestral e acumulada. Assim, é feita uma comparação direta entre os montantes previstos no 4.º trimestre do PAM com a execução orçamental do Município, isolada no mesmo período, expurgando-se os valores do 1.º, 2.º e 3.º trimestres.

A outra análise feita é numa perspetiva acumulada, verificando-se aqui qual a execução acumulada até ao referido período face ao valor global previsto no PAM para o ano de 2016, sendo possível apurar o grau de execução por agregados económicos.

Na página seguinte, consta um resumo comparativo entre a execução orçamental prevista no PAM e a execução orçamental do Município, verificada até ao 4.º trimestre de 2016, referentes aos principais indicadores da receita.

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

Indicadores da Receita (variação face ao PAM)



II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

1. Receita

Em termos globais, a receita efetiva executada, apenas no 4.º trimestre, é superior em cerca de € 3,1 M à constante do PAM, o que representa um acréscimo de cerca de 51,9%. Em termos acumulados (execução verificada no ano até ao período em análise), apresenta um grau de execução superior ao montante previsto no PAM, para o ano de 2016, em cerca de 8,0% (€ 1,9 M), tendo-se gerado um excedente de receita face ao previsto.

Em concreto, no que se refere a receita corrente, os valores do trimestre registaram um acréscimo em relação às previsões do PAM, para o mesmo período, apresentando um desvio positivo de 9,7% (€ 459,7 m). O desempenho na execução orçamental da receita deveu-se, em grande medida, ao aumento de receita cobrada relativa a impostos indiretos, transferências correntes e venda de bens e serviços correntes, face ao previsto.

Em termos acumulados, o grau da execução da receita corrente, face ao previsto no PAM, apresenta um desvio positivo de cerca de 3,8% (€ 762,5 m).

A execução orçamental acumulada, das rubricas referentes a impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades e transferências correntes apresentam desvios positivos de 7,7% (€ 739,2 m), 38,3% (€ 117,5 m), 13,9% (€ 123,1 m) e 2,4% (€ 84,7 m), respetivamente.

A execução orçamental das rubricas referentes a rendimentos de propriedade, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes, apresentam desvios negativos em cerca de 12,4% (€ 55,5 m), 0,8% (€ 39,7 m) e 68,4% (€ 206,9 m). Contudo, o impacto destes desvios é reduzido face ao bom resultado verificado em termos de arrecadação de receita.

No que se refere às receitas de capital, os valores do trimestre apresentam uma variação positiva, face às previsões do PAM, para o mesmo período de 38,9% (€ 2,6 M), tendo sido a classificação económica, relativa a venda de bens de investimento, que mais contribuiu para este aumento.

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

1.1. Receita no 4.º trimestre

QUADRO 4 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita no 4.º trimestre

	2016			
	PAM	Execução	Desvio Execução - PAM	Grau de Execução
Total	11.448.780,23 €	14.514.162,06 €	3.065.381,83 €	26,8%
⊕ 01 - Impostos Diretos	2.879.989,27 €	2.982.466,36 €	102.477,09 €	3,6%
⊕ 02 - Impostos indirectos	76.746,87 €	94.138,19 €	17.391,32 €	22,7%
⊕ 04 - Taxas, multas e outras penalidades	221.541,48 €	234.185,37 €	12.643,89 €	5,7%
⊕ 05 - Rendimentos da propriedade	111.874,51 €	50.644,68 €	-61.229,83 €	-54,7%
⊕ 06 - Transferências correntes	874.359,59 €	1.010.006,44 €	135.646,85 €	15,5%
⊕ 07 - Venda de bens e serviços correntes	514.020,17 €	826.716,56 €	312.696,39 €	60,8%
⊕ 08 - Outras receitas correntes	75.641,17 €	15.687,14 €	-59.954,03 €	-79,3%
⊕ 09 - Venda de bens de investimento	888.288,00 €	3.624.400,17 €	2.736.112,17 €	308,0%
⊕ 10 - Transferências de capital	219.562,72 €	83.586,00 €	-135.976,72 €	-61,9%
⊕ 11 - Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 12 - Passivos financeiros	5.541.756,45 €	5.541.756,45 €	0,00 €	0,0%
⊕ 13 - Outras receitas de capital	45.000,00 €	50.545,20 €	5.545,20 €	12,3%
⊕ 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00 €	29,50 €	29,50 €	-

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

1.2. Receita acumulada ao período de referência

QUADRO 5 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Receita acumulada ao período de referência

	2016			
	PAM	Execução	Desvio Execução - PAM	Grau de Execução
Total	28.554.627,37 €	30.406.643,13 €	1.852.015,76 €	6,5%
01 - Impostos Diretos	9.597.187,85 €	10.336.393,65 €	739.205,80 €	7,7%
02 - Impostos indirectos	306.987,48 €	424.482,90 €	117.495,42 €	38,3%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	886.165,92 €	1.009.282,53 €	123.116,61 €	13,9%
05 - Rendimentos da propriedade	447.498,04 €	391.978,27 €	-55.519,77 €	-12,4%
06 - Transferências correntes	3.497.438,35 €	3.582.158,97 €	84.720,62 €	2,4%
07 - Venda de bens e serviços correntes	5.140.201,72 €	5.100.522,95 €	-39.678,77 €	-0,8%
08 - Outras receitas correntes	302.564,68 €	95.676,33 €	-206.888,35 €	-68,4%
09 - Venda de bens de investimento	1.776.576,00 €	3.632.912,81 €	1.856.336,81 €	104,5%
10 - Transferências de capital	878.250,88 €	227.845,24 €	-650.405,64 €	-74,1%
11 - Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
12 - Passivos financeiros	5.541.756,45 €	5.541.756,45 €	0,00 €	0,0%
13 - Outras receitas de capital	180.000,00 €	50.545,20 €	-129.454,80 €	-71,9%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00 €	13.087,83 €	13.087,83 €	-

GRÁFICO 1 – Comparação entre a execução da Receita Corrente e o PAM

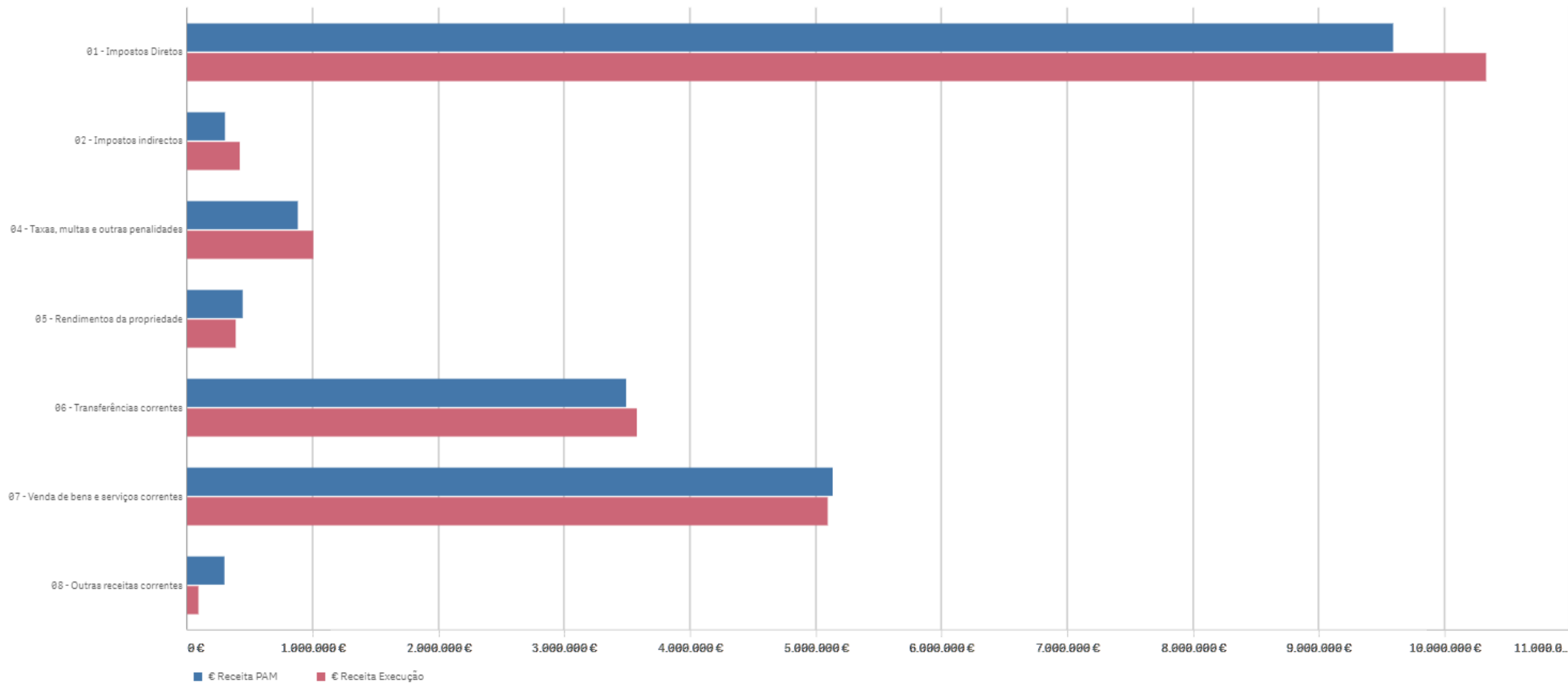


GRÁFICO 2 – Comparação entre a execução da Receita de Capital e o PAM

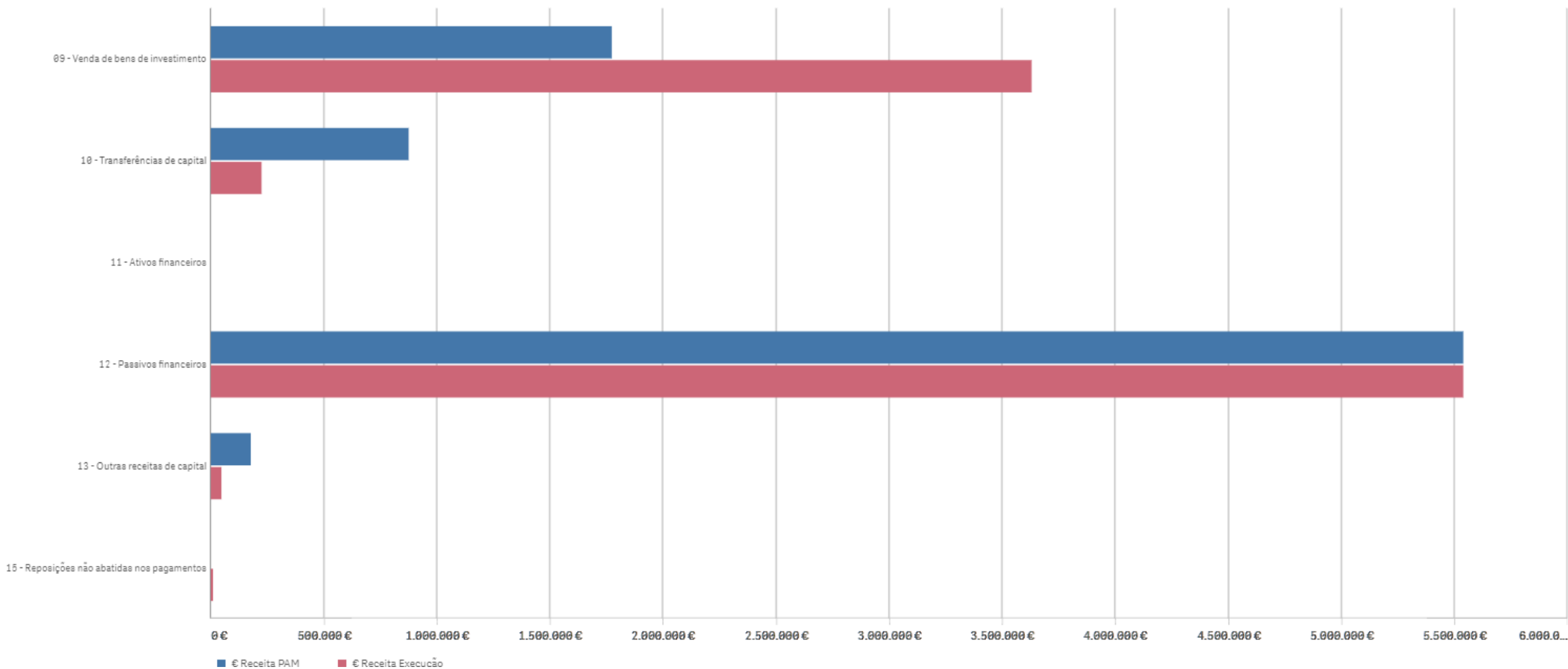
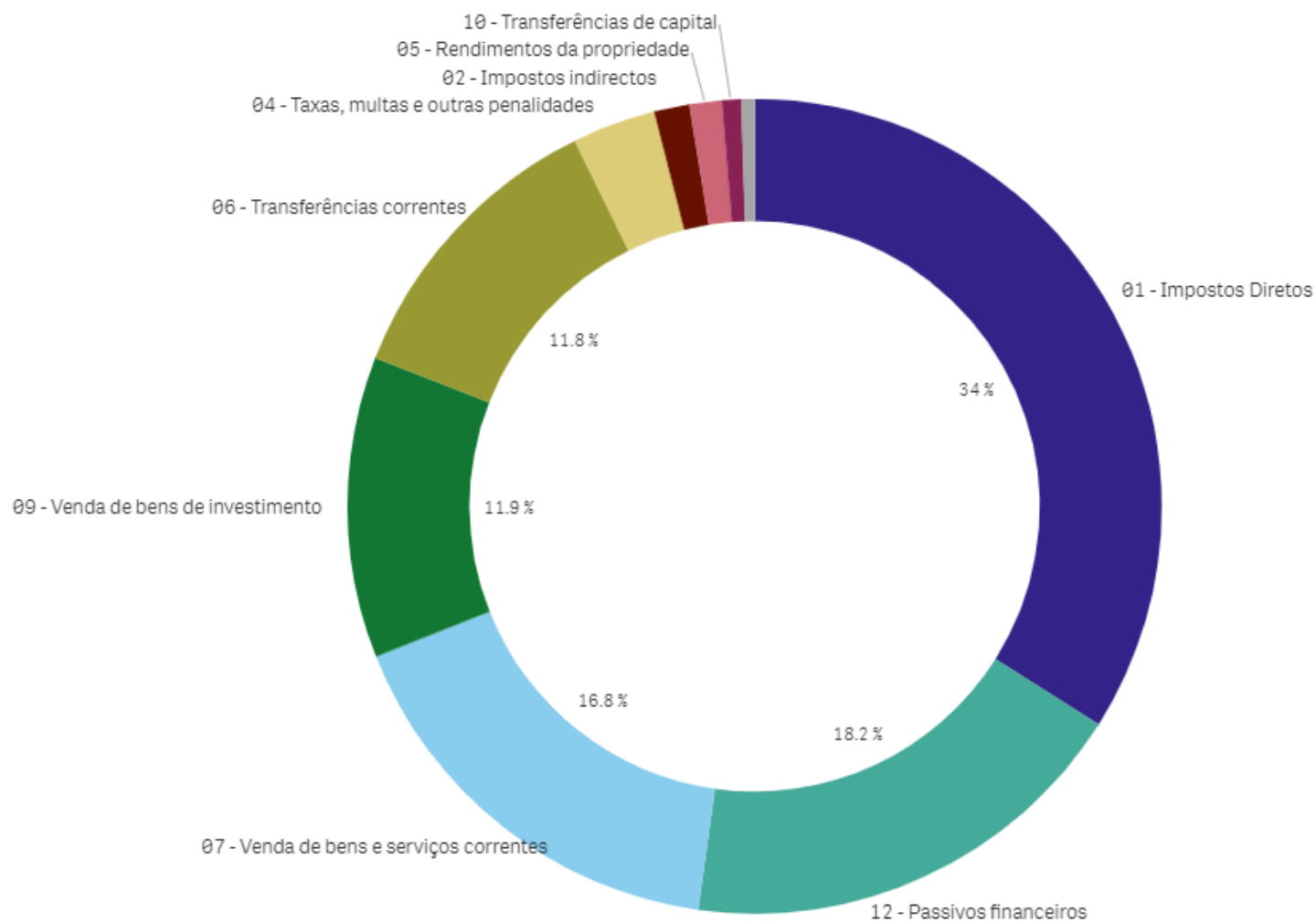
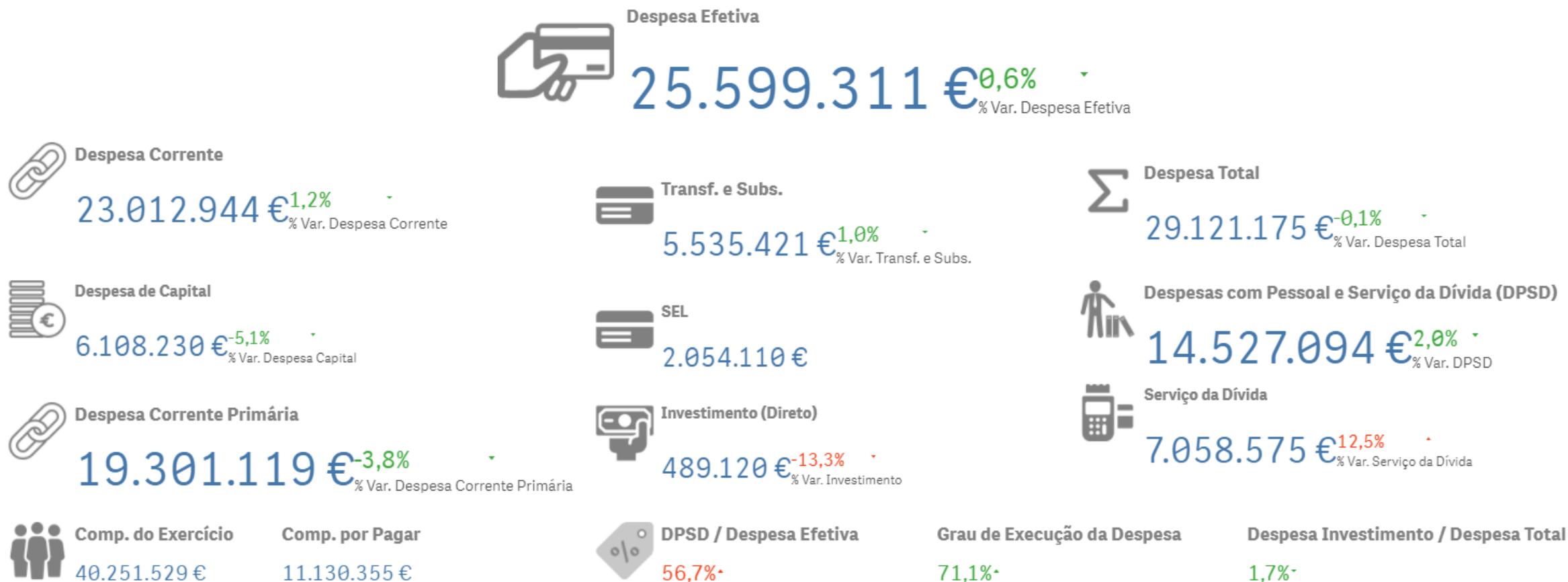


GRÁFICO 3 – Estrutura da Receita



II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

Indicadores da Despesa (variação face ao PAM)



II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

2. Despesa

No que se refere à despesa efetiva a execução do 4.º trimestre apresenta um valor superior em cerca de € 1,9 M face à prevista no PAM, o que representa um acréscimo de cerca de 19,8%. Em termos acumulados, apresenta um grau de execução superior em cerca de 0,6% (€ 158,9 m), face ao valor previsto no PAM, para o ano de 2016.

Sobre a rubrica de "Despesas com o pessoal", verificou-se uma contração significativa da despesa no trimestre, face ao valor previsto no PAM, de cerca de 19,2% (€ 443,7 m).

Relativamente às rubricas de "Aquisição de bens e serviços", "Juros e outros encargos", "Transferências correntes", "Outras despesas correntes", "Aquisição de bens de capital", "Transferências de capital" e "Outras despesas de capital", as mesmas apresentam um desvio de acréscimo de cerca de 16,9% (€ 651,3 m), 82,0% (€ 1,2 M), 23,3% (€ 387,9 m), 22,3% (€ 23,6 m), 38,1% (€ 70,3 m), 344,9% (€ 13,5 m) e € 38,3 m, face ao PAM, para o mesmo período.

Apesar da contração verificada com a rubrica de Despesas com o pessoal", a despesa corrente do Município apresenta um desvio negativo de 18,9% (€ 1,8 M) ao previsto no PAM para o período em análise.

No mesmo sentido, em termos acumulados, o grau de execução orçamental da despesa corrente é superior em cerca de 1,2% (€ 284,0 m), face ao previsto no PAM para o exercício de 2016.

O desvio negativo verificado na rubrica de "Juros e outros encargos", decorrente do facto de o Município ainda não ter reestruturado a dívida financeira, a ocorrer após o segundo desembolso, originou essa execução superior ao previsto.

No entanto, importa referir que o Município procedeu ao pagamento de dívida fundada, no montante de € 205.262,76, com recurso a receita própria, ou seja, o pagamento dessa dívida com recurso a receita efetiva originou um impacto positivo na redução da dívida do Município. Expurgando esse valor, a despesa corrente do Município ficaria acima do previsto em apenas 0,3% (€ 78,8 m).

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

2. Despesa

Relativamente às despesas de capital, e depois de ajustada a rubrica de "Passivos financeiros" no PAM, verifica-se um acréscimo de 17,1% (€ 328,2 m), face ao valor previsto. Para o aumento verificado, a rubrica "Passivos financeiros" foi aquela que originou o maior impacto 12,4% (€ 206,2), sendo essa despesa resultante de amortizações de dívida financeira com recurso a receita própria.

Em termos acumulados, a despesa de capital apresenta um valor inferior em cerca de 5,1% (€ 325,3 m) face à previsão do PAM para ocorrente exercício.

Relativamente à despesa total, a execução do 4.º trimestre revela um desvio negativo de cerca de 18,6% (€ 2,1 M) e uma execução acumulada inferior em € 41.236 à previsão anual do PAM.

Sobre os compromissos registados pelo Município para o corrente ano, verifica-se o montante de € 40.251.529, decorrente, em grande parte, da dívida não financeira liquidada ao abrigo do Contratado de Empréstimo de Assistência Financeira, sendo certo que os montantes totais registados estão dentro dos limites de despesa previstos no PAM.

QUADRO 6 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Compromissos assumidos

	Dotações Corrigidas	Compromissos Assumidos – Exercício	Compromissos Assumidos – Exercícios Futuros	Despesas Pagas
Total	40.935.779,91 €	40.251.529,27 €	99.036.542,45 €	29.121.174,61 €
☛ 01 - Despesas com o pessoal	8.160.196,09 €	8.069.550,19 €	0,00 €	7.468.518,68 €
☛ 02 - Aquisição de bens e serviços	13.436.863,07 €	13.282.528,87 €	10.736.115,79 €	7.946.934,97 €
☛ 03 - Juros e outros encargos	4.821.062,26 €	4.741.022,39 €	14.129.083,45 €	3.711.824,81 €
☛ 04 - Transferências correntes	5.030.306,59 €	4.903.478,09 €	547.395,96 €	3.552.883,09 €
☛ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
☛ 06 - Outras despesas correntes	560.723,38 €	550.561,89 €	358.858,95 €	332.782,63 €
☛ 07 - Aquisição de bens de capital	1.159.073,64 €	1.092.026,21 €	302.420,99 €	489.120,10 €
☛ 08 - Transferências de capital	1.986.525,59 €	1.986.525,59 €	336.189,85 €	1.982.538,04 €
☛ 09 - Activos financeiro	175.114,00 €	175.114,00 €	583.715,00 €	175.113,00 €
☛ 10 - Passivos financeiros	4.037.420,43 €	3.882.227,18 €	71.864.010,46 €	3.346.750,44 €
☛ 11 - Outras despesas de capital	1.568.494,86 €	1.568.494,86 €	178.752,00 €	114.708,85 €

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

2.1. Despesa do 4.º trimestre

QUADRO 7 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa do 4.º trimestre

	2016			
	PAM	Execução	Desvio Execução-PAM	Grau de Execução
Total	11.268.088,66 €	13.367.262,87 €	2.099.174,21 €	18,6%
☛ 01 - Despesas com o pessoal	2.305.419,84 €	1.861.670,70 €	-443.749,14 €	-19,2%
☛ 02 - Aquisição de bens e serviços	3.871.793,73 €	4.523.052,52 €	651.258,79 €	16,8%
☛ 03 - Juros e outros encargos	1.404.736,36 €	2.556.564,75 €	1.151.828,39 €	82,0%
☛ 04 - Transferências correntes	1.665.971,56 €	2.053.960,05 €	387.988,49 €	23,3%
☛ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
☛ 06 - Outras despesas correntes	105.881,06 €	129.513,89 €	23.632,83 €	22,3%
☛ 07 - Aquisição de bens de capital	184.404,55 €	254.669,74 €	70.265,19 €	38,1%
☛ 08 - Transferências de capital	3.900,77 €	17.355,25 €	13.454,48 €	344,9%
☛ 09 - Activos financeiro	58.372,00 €	58.371,00 €	-1,00 €	-0,0%
☛ 10 - Passivos financeiros	1.667.600,79 €	1.873.800,97 €	206.192,18 €	12,4%
☛ 11 - Outras despesas de capital	0,00 €	38.304,00 €	38.304,00 €	-

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

2.2. Despesa acumulada ao período de referência

QUADRO 8 – Análise da execução do orçamento municipal (OM) – Despesa acumulada ao período de referência

	PAM	Execução	Desvio Execução-PAM	Grau de Execução
Total	29.162.410,36 €	29.121.174,61 €	-41.235,75 €	-0,1%
⊕ 01 - Despesas com o pessoal	7.974.245,72 €	7.468.518,68 €	-505.727,04 €	-6,3%
⊕ 02 - Aquisição de bens e serviços	8.267.057,63 €	7.946.934,97 €	-320.122,66 €	-3,9%
⊕ 03 - Juros e outros encargos	2.667.889,53 €	3.711.824,81 €	1.043.935,28 €	39,1%
⊕ 04 - Transferências correntes	3.335.056,23 €	3.552.883,09 €	217.826,86 €	6,5%
⊕ 05 - Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
⊕ 06 - Outras despesas correntes	484.670,86 €	332.782,63 €	-151.888,23 €	-31,3%
⊕ 07 - Aquisição de bens de capital	564.361,35 €	489.120,10 €	-75.241,25 €	-13,3%
⊕ 08 - Transferências de capital	2.147.131,93 €	1.982.538,04 €	-164.593,89 €	-7,7%
⊕ 09 - Activos financeiro	116.743,00 €	175.113,00 €	58.370,00 €	50,0%
⊕ 10 - Passivos financeiros	3.605.254,11 €	3.346.750,44 €	-258.503,67 €	-7,2%
⊕ 11 - Outras despesas de capital	0,00 €	114.708,85 €	114.708,85 €	-

GRÁFICO 4 – Comparação entre a execução da Despesa Corrente e o PAM

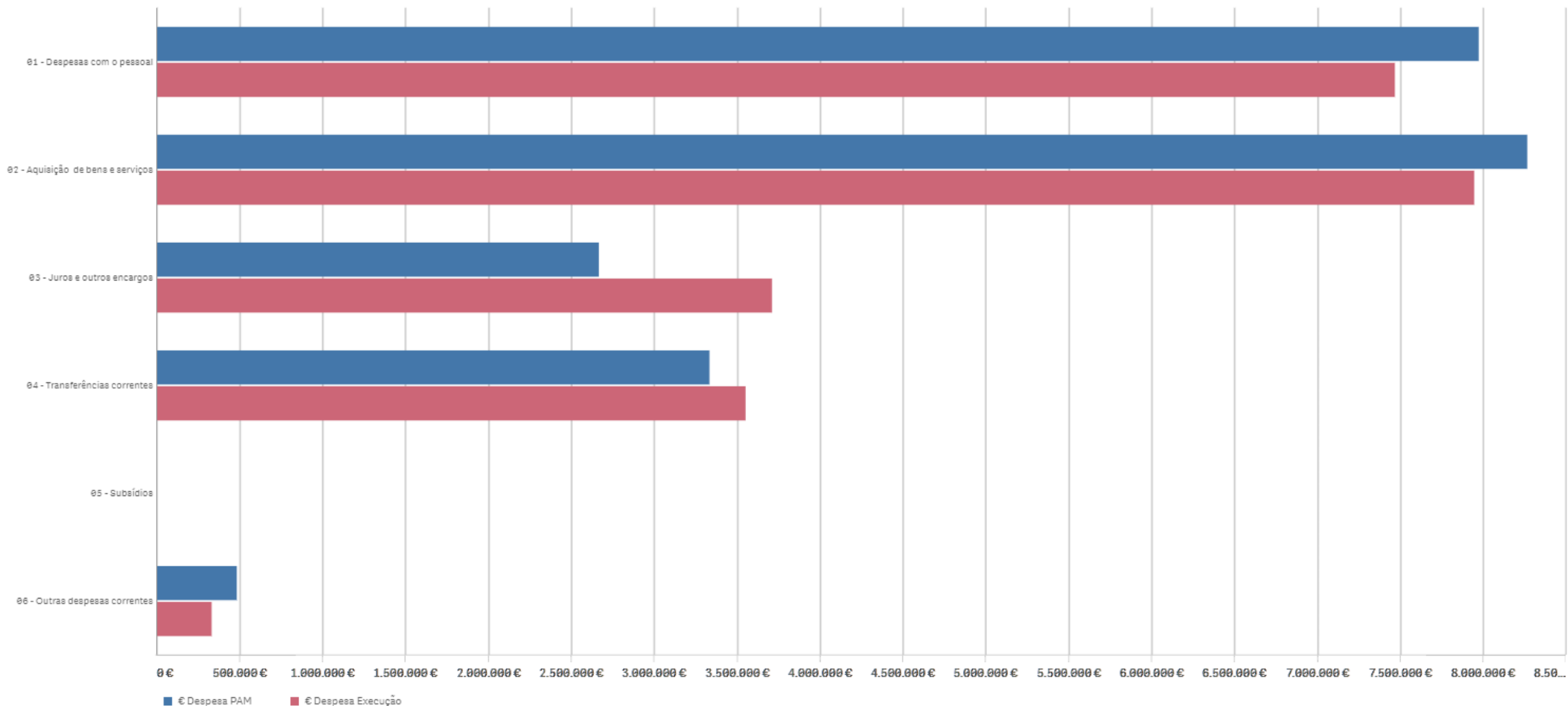


GRÁFICO 5 – Comparação entre a execução da Despesa de Capital e o PAM

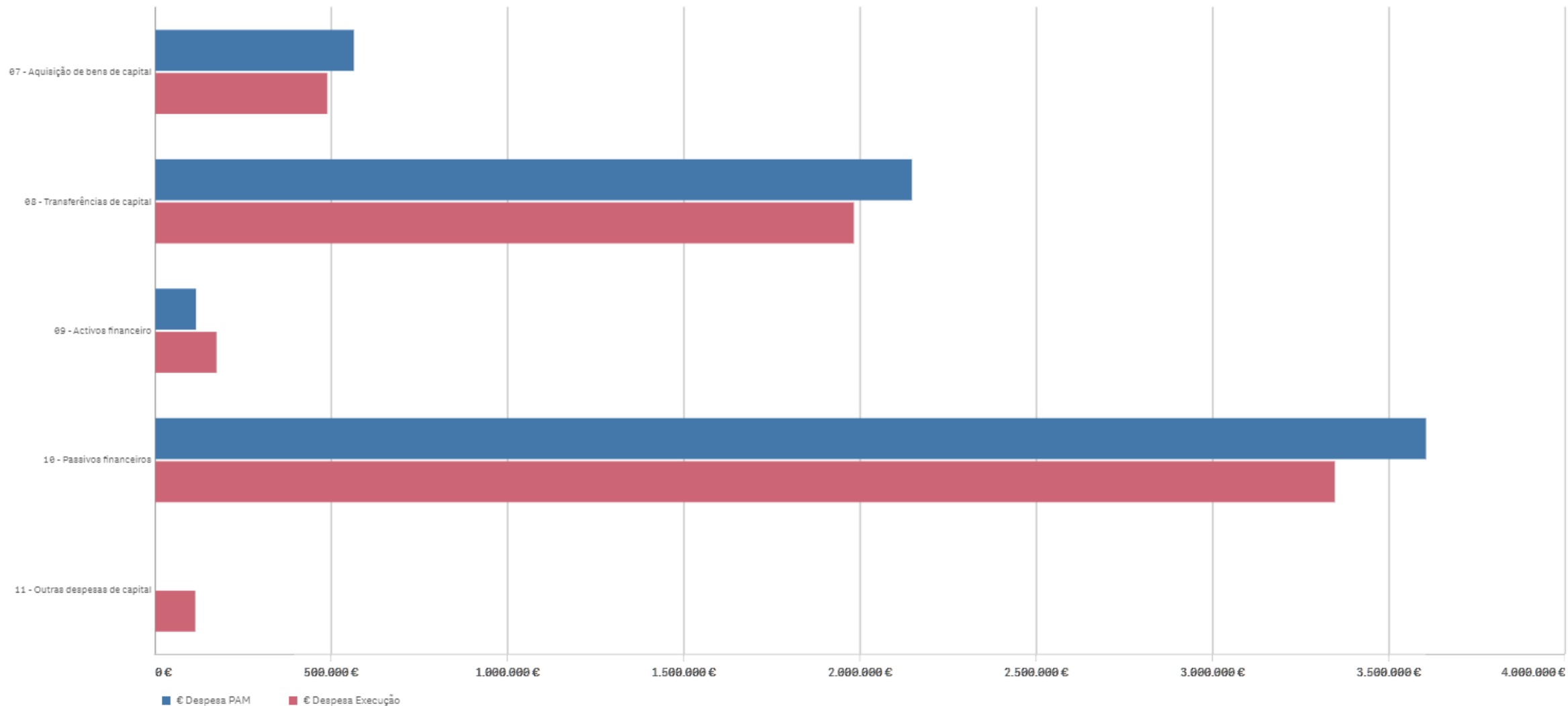
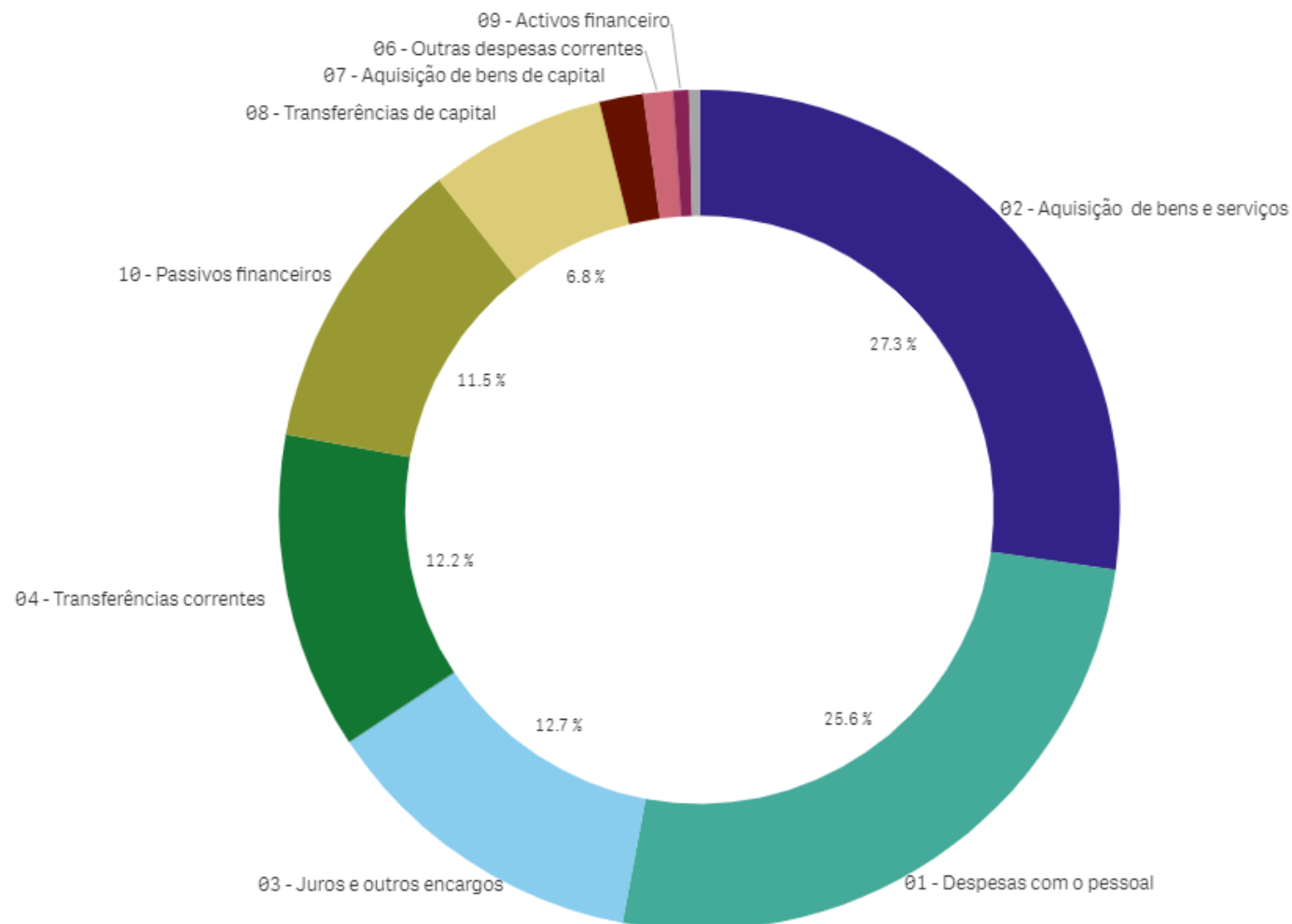


GRÁFICO 6 – Estrutura da Despesa



II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

Indicadores Mistos e de Saldos (variação face ao PAM)



Saldo Total

1.285.469 € 1.893.252 € ▲
€ Var. Saldo Total

Saldo Global Efetivo

-734.424 € 1.693.118 € ▲
€ Var. Saldo Global Efetivo



DPSD / Receita Efetiva

58,4% -3,5% ▼
% Var. DPSD / Receita Efetiva



Despesa Corrente / Receitas Regulares

114,9% 2,9% ▼
% Var. Desp. Corrente / Rec. Regulares



Poupança Corrente (Saldo Corrente)

-2.072.449 € 478.427 € ▲
€ Var. Saldo Corrente



DPSD / Receitas Regulares

72,5% 2,3% ▼
% Var. DPSD / Rec. Regulares



Despesa de Investimento / Receita Efetiva

2,0% -0,5% ▼
% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva



Saldo de Capital

3.357.917 € 1.414.824 € ▲
€ Var. Saldo de Capi...



Transf. e Subs. / Receita Efetiva

22,3% -1,6% ▼
% Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva



Cobertura de Comp. por Receitas Regulares

49,8%



Equilíbrio Orçamental

-8.984.291 € -42,9% ▼
% Equilíbrio Orçamental



Taxa de comparticipação fin. comunitário

8,3% -75,2% ▼
% Var. Taxa Comparticipação



Poupança Corrente / Despesa Investimento

-423,7% -28,3% ▼
% Var. Poup. Corrente / Desp. Invest.

II. Análise da execução do orçamento municipal (OM), até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução prevista no PAM

3. Saldos

Na perspetiva do FAM, os municípios aderentes aos PAM devem gerar excedentes orçamentais, tendo em vista a redução gradual do rácio da dívida total para que esta se venha a situar abaixo do limite legalmente previsto. Este indicador, no atual enquadramento, é considerado como crítico, em termos da análise da sustentabilidade das finanças autárquicas, sendo que esta só se poderá avaliar numa perspetiva dinâmica e não meramente estática.

Os saldos apurados, no 4.º trimestre do corrente ano, apresentam no seu conjunto (saldo total) um valor positivo no montante de € 1.285.469, correspondendo a uma variação de € 1.893.252 acima do previsto no PAM.

O saldo global efetivo apresenta um desvio positivo, face ao PAM, de € 1.693.118. Apesar do saldo corrente apresentar um valor negativo em cerca de € 2.977.449, é apresentada uma variação positiva de € 478.427, face ao previsto no PAM.

O saldo de capital apresenta um desvio positivo de € 1.414.824, face ao previsto no PAM. O equilíbrio orçamental calculado, apesar de estar negativo em cerca de 42,9%, face à receita corrente, está dentro dos parâmetros previstos, na medida em que o Município está em processo de ajustamento financeiro, pois com os dados disponíveis prevê-se uma tendência de subida do indicador no futuro.

III. Análise Patrimonial do Município até ao 4.º trimestre de 2016

1. Balancete de Dezembro de 2016 (resumo)

Relativamente ao balancete do Município a 31 de dezembro de 2016, importa referir o seguinte:

- a) O Município apresenta no orçamento para 2016, na conta de controlo orçamental e de ordem receita e despesa no montante de € 40.928.189 e no orçamento para exercícios futuros e respetivos compromissos o montante de € 99.036.542.

De referir ainda que no exercício de 2016, na conta de modificações orçamentais o valor de € 25.756.498, um total de compromissos de € 43.338.018, o montante de dotação cabimentada e não comprometida de € 3.783.312 e uma dotação disponível de €57.233.009;

- b) Na conta de disponibilidades, o Município detém, em saldo devedor, o montante de € 2.798.141, estando o montante de € 3.902 em caixa e o restante em depósitos em instituições financeiras;

- c) Na conta referente a terceiros, o Município apresenta um saldo credor de € 92.826.232, correspondendo maioritariamente a dívidas a fornecedores, Estado e outros entes públicos, empréstimos obtidos, acréscimos e deferimentos e provisões. No que se refere a acréscimos e deferimentos, o valor registado de € 24.501.356, corresponde a proveitos diferidos relativos a subsídios para investimento, e a acréscimos de custos. O Município apresenta ainda um saldo credor de € 4.050.607, relativos, maioritariamente, a passivos contingentes registados e identificados no contrato PAM;

- d) Na conta de existências, verifica-se um saldo devedor de € 250.709, relativo a matérias primas, subsidiárias e de consumo;

- e) Na conta do imobilizado, o Município apresenta um saldo devedor de € 178.272.045, sendo em grande parte referente a imobilizações corpóreas e incorpóreas, investimentos financeiros e bens de domínio público. As amortizações acumuladas apresentam o montante de € 32.829.852;

- f) Relativamente ao fundo patrimonial o Município apresenta um saldo credor de € 90.769.540;

III. Análise Patrimonial do Município até ao 4.º trimestre de 2016

1. Balancete de Dezembro de 2016 (resumo)

g) Os custos e perdas apresentam um valor de € 24.276.744, destacando-se os custos como pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações do exercício, transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, custos e perdas financeiros e custos e perdas extraordinários que totalizam um montante de € 23.945.878;

h) No que diz respeito aos proveitos e ganhos, verifica-se um saldo credor de € 22.001.867, destacando-se os proveitos com vendas e prestação de serviços, estudos, projetos e assistência tecnológica, proveitos e ganhos financeiros e proveitos e ganhos extraordinários, com um montante de € 8.614.080 e com impostos e taxas, totalizando o montante de € 12.185.211.

No Anexo II, é apresentado o balancete desagregado a 31 de dezembro de 2016

QUADRO 9 – Análise Patrimonial do Município – Balancete de Dezembro de 2016 (resumo)

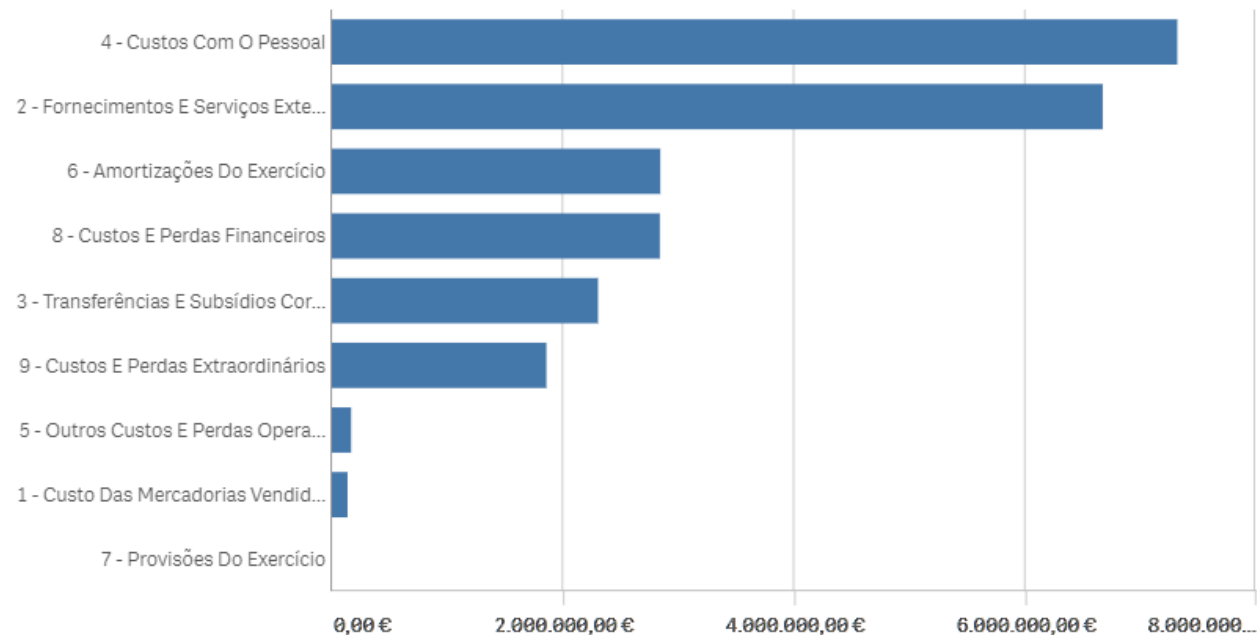
	€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
Total	1.056.267.631,94 €	1.056.267.631,94 €	182.307.819,81 €	182.307.819,81 €	1.238.575.451,75 €	1.238.575.451,75 €	0,00 €	0,00 €
⊕ 0 - Contas Do Controlo Orçamental E De Ordem	585.436.830,65 €	585.436.830,65 €	13.651.931,32 €	13.651.931,32 €	599.088.761,97 €	599.088.761,97 €	0,00 €	0,00 €
⊕ 1 - Disponibilidades	60.058.332,72 €	53.055.644,52 €	23.996.667,20 €	28.201.213,96 €	84.054.999,92 €	81.256.858,48 €	2.798.141,44 €	0,00 €
⊕ 2 - Terceiros	110.766.600,10 €	207.234.387,94 €	43.772.235,98 €	40.130.680,31 €	154.538.836,08 €	247.365.068,25 €	0,00 €	92.826.232,17 €
⊕ 3 - Existências	609.542,11 €	359.714,21 €	40.623,71 €	39.742,30 €	650.165,82 €	399.456,51 €	250.709,31 €	0,00 €
⊕ 4 - Imobilizações	195.042.166,97 €	22.679.260,60 €	38.770.951,80 €	32.861.813,24 €	233.813.118,77 €	55.541.073,84 €	178.272.044,93 €	0,00 €
⊕ 5 - Fundo Patrimonial	81.403.068,23 €	161.841.940,10 €	47.981.751,84 €	58.312.420,37 €	129.384.820,07 €	220.154.360,47 €	0,00 €	90.769.540,40 €
⊕ 6 - Custos E Perdas	15.788.105,49 €	243.378,27 €	10.345.335,16 €	1.613.318,33 €	26.133.440,65 €	1.856.696,60 €	24.276.744,05 €	0,00 €
⊕ 7 - Proveitos E Ganhos	84.244,22 €	18.337.734,20 €	3.748.322,80 €	7.496.699,98 €	3.832.567,02 €	25.834.434,18 €	0,00 €	22.001.867,16 €
⊕ 8 - Resultados	7.078.741,45 €	7.078.741,45 €	0,00 €	0,00 €	7.078.741,45 €	7.078.741,45 €	0,00 €	0,00 €

III. Análise Patrimonial do Município até ao 4.º trimestre de 2016



	Entregue
Ativo Líquido Total	193.518.461,59 €
Ativo Fixo	178.272.044,93 €
Ativo Fixo - Domínio Público	51.697.393,91 €
Ativo Fixo - Partes de Capital	47.057.373,16 €
Ativo Circulante	15.013.673,42 €
Ativo Circulante - Disponibilidades	2.798.141,44 €
Ativo Circulante - Acréscimos e Diferimentos	232.743,24 €
Fundos Próprios	90.769.540,40 €
Resultados Transitados	-62.174.901,02 €
Resultado Líquido do Exercício	0,00 €
Passivo	36.173.320,25 €
Provisões	3.552.931,81 €
Dívidas a Terceiros	11.439.220,07 €
Acréscimos e Diferimentos	24.734.100,18 €

Principais custos



III. Análise Patrimonial do Município até ao 4.º trimestre de 2016

2. Indicadores Patrimoniais

No que respeita aos indicadores patrimoniais, verifica-se que o rácio de solvabilidade é de 224,7%, pelo que o passivo existente se encontra-se coberto pelos fundos próprios.

O rácio de autonomia financeira, situa-se nos 46,9%, pelo que o Município tem uma limitação condicionada, na medida em que o ativo é suportado apenas em cerca de 2/5 pelos fundos próprios.

Relativamente aos resultados de 2016, o Município não evidencia o seu apuramento, no entanto estima-se que o resultado seja negativo em € 2.274.877 e os resultados transitados apresentam um valor negativo, no montante de € 62.174.901.

Analisando os custos do Município, durante o exercício, constata-se que o pessoal tem o valor mais elevado, acima dos € 7M. O fornecimento de bens e serviços externos apresenta cerca de € 6,7 M, devendo-se o excesso verificado, essencialmente, à regularização de dívidas a fornecedores efetuada pelo município no corrente ano, pelo que o valor verificado não corresponde exatamente às despesas correntes anuais que o Município suporta com a sua atividade.

Os custos e perdas financeiras e as transferências e subsídios apresentam também valores elevados, perto de € 3,0 M.

IV. Análise do Endividamento do Município até ao 4.º trimestre de 2016



Dívida Total Relevante

74.473.099 €



Dívida Financeira e não Financeira

72.567.858 €



Limite da Dívida Total

28.290.006 €



Rácio da Dívida Total

384,8%



Dívida Financeira

61.691.187 €



Média da receita corrente cobrada líquida

18.860.004 €



Variação de PMP (dias)

-650¹²⁰
dias (CY)



Dívida não Financeira

10.876.670 €



Encargo da Dívida

27,6%



Amortizações

3.346.750 €^{-7,2%}
% Var. Amortizações

IV. Análise do Endividamento do Município até ao 4.º trimestre de 2016

1. Endividamento

Quanto ao apuramento dos indicadores da dívida total do Município, estes são calculados com base nos dados da prestação de contas do último exercício, sendo que o valor disponível da dívida total relevante, apesar de provisório, é reportado a 31 de dezembro de 2016, no montante de € 74.473.099, resultando do disposto na Lei.

O limite da dívida total e a média da receita corrente cobrada líquida, apurados a 31 de dezembro de 2016, são de € 28.290.006 e € 18.860.004, respetivamente.

O rácio da dívida total do município situa-se em 384,8%, com uma clara tendência de redução, na medida em que a dívida financeira e não financeira se encontra em valores inferiores ao montante identificado em 2015.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos a fornecedores houve uma variação negativa em 650 dias, face ao trimestre anterior, sendo expectável que este valor normalize após o pagamento, através do recurso aos desembolsos do FAM, das dívidas não financeiras vencidas.

O valor das amortizações registadas, sendo elevado está em conformidade com o processo de reestruturação de dívida financeira à banca, conforme previsto no Contrato de Empréstimo e de Assistência Financeira.

Os encargos com a dívida apresentam, um rácio de cerca de 27,6%, decorrente das amortizações referidas no paragrafo anterior estimando-se um decréscimo no próximo exercício.

V. Conclusões

Após a análise detalhada, no que se refere ao cumprimento das **medidas contratualizadas no PAM**, referentes ao equilíbrio orçamental, conclui-se que:

1. As medidas previstas quanto à execução da receita foram totalmente cumpridas.
2. Do lado da despesa, as medidas foram cumpridas na generalidade ou parcialmente cumpridas.

Atendendo que se trata do primeiro trimestre de execução do PAM, considera-se que não foi possível ao Município implementar algumas das medidas devido ao curto prazo decorrido. No entanto, deverá o Município adotar (nos trimestre subsequentes): Medidas conducentes à monitorização efetiva dos encargos variáveis ou eventuais e à não adoção de medidas de gestão de trabalho que conduzam a um aumento de despesa; Adotar medidas de faseamento da despesa de investimento, cumprindo os limites trimestrais constantes no PAM; Proceder à renegociação e/ou rescisão dos contratos de arrendamento e aluguer; Desenvolver esforços adicionais que visem a racionalização dos consumos de água e das transferências para instituições sem fins lucrativos, de forma a cumprir os limites estabelecidos no PAM.

3. Sobre o Plano de Reestruturação da Dívida (PRD), as medidas previstas foram totalmente cumpridas.
4. As medidas previstas relativas à assistência financeira foram cumpridas na generalidade, sem prejuízo das recomendações de melhoria para os períodos futuros.

Analisados os dados relativos à execução orçamental, bem como o relatório do Município sobre a monitorização do 4.º trimestre do PAM, explanados no presente relatório, apesar de existirem alguns incumprimentos pontuais nas medidas previstas e da execução orçamental não ser exatamente aquela que foi prevista no PAM, conclui-se que o PAM foi globalmente cumprido no 4.º trimestre, sem prejuízo das recomendações apresentadas.

V. Conclusões

No que se refere à Análise da Execução Orçamental, até ao 4.º trimestre de 2016, face à previsão de execução inscrita no PAM, **a receita total apresenta um desvio positivo, de cerca de 6,5% e a despesa total um desvio positivo, de cerca de 0,1%.**

A execução orçamental acumulada, das rubricas referentes a impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades e transferências correntes apresentam desvios positivos de 7,7% (€ 739,2 m), 38,3% (€ 117,5 m), 13,9% (€ 123,1 m) e 2,4% (€ 84,7 m), respetivamente.

Do lado da despesa, verifica-se uma contração na rubrica de "Despesas com o pessoal" ficando abaixo do previsto em cerca de 6,3% (€ 505,7 m). No que se refere à execução, menor do que o previsto em PAM, na rubrica de "Passivos financeiro", tal deveu-se ao facto da dívida ao BPI ter sido liquidada no decurso do 2.º trimestre de 2017.

O saldo global efetivo apresenta um desvio positivo, face ao PAM, de € 1.693.118. Apesar do saldo corrente apresentar um valor negativo em cerca de € 2.977.449, é apresentada a uma variação positiva de € 478.427, face ao previsto no PAM. **A evolução positiva dos saldos orçamentais, nomeadamente do saldo total e saldo primário efetivo, face às previsões em período de ajustamento espelham uma execução bastante positiva**, demonstrando os impactos resultantes das medidas de reequilíbrio orçamental levadas a cabo pelo Município nos últimos anos.

Neste sentido, sem prejuízo dos esforços que o Município irá desenvolver nos períodos futuros, **considera-se que as metas traçadas para a execução orçamental foram globalmente cumpridas.**

VI. Proposta

Face ao exposto, a Direção Executiva do FAM ao elaborar o presente relatório, **referente ao cumprimento das obrigações decorrentes do PAM do Município de Vila Real de Santo António, considera que as mesmas foram cumpridas de forma positiva, devendo o Município, nos próximos trimestres, tomar as medidas descritas no ponto 2 das conclusões, pelo que aprova a libertação da 2.ª tranche**, relativa ao contrato de empréstimo e de assistência financeira em vigor.

Lisboa, 12 de julho de 2017,

A Direção Executiva,

Glossário de termos das finanças públicas

Ajustamento orçamental: Um ajustamento orçamental é um processo de redução do défice orçamental das Administrações Públicas, medido em termos estruturais, por via de medidas discricionárias de política orçamental. O ajustamento orçamental corresponde à correção efetuada ao saldo estrutural primário.

Amortização ou reembolso da dívida pública: A amortização ou reembolso da dívida pública corresponde ao pagamento do capital em dívida. A amortização pode ser total, se todo o capital em dívida for reembolsado, ou parcial, se apenas parte do capital em dívida for pago.

Ativos financeiros: Os ativos financeiros representam benefícios ou uma série de benefícios futuros para os seus detentores, que se concretizam através de meios de pagamento. Os ativos financeiros compreendem os meios de pagamento, créditos financeiros e ativos económicos que, pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. No lado da receita os ativos financeiros correspondem operações de venda e amortização de crédito, designadamente de obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos. No lado da despesa correspondem a operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

Derrama municipal: A derrama municipal incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), correspondendo à proporção do rendimento gerado na área geográfica de cada município por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Despesas com pessoal: Ver: Remunerações dos empregados

Despesa corrente: As despesas correntes correspondem a um dos subagregados da despesa pública refletindo genericamente os gastos em bens e serviços consumidos dentro do ano corrente, com vista à satisfação de compromissos e necessidades sociais e coletivas. Na ótica de contas nacionais, a despesa corrente é composta por despesas com pessoal, consumo intermédio, prestações sociais, subsídios, juros e outra despesa corrente.

Despesa corrente primária: A despesa corrente primária corresponde à despesa corrente antes de juros.

Despesa de capital: A despesa de capital compreende as transferências de capital, sob a forma de subsídios ao investimento e outras transferências de capital, bem como as despesas de investimento: formação bruta de capital e aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos. Em contabilidade pública o conceito de despesa de capital inclui ainda as aquisições de ativos e passivos financeiros.

Despesa efetiva [conceito de contabilidade pública]: O conceito de despesa efetiva, utilizado na ótica da contabilidade pública, corresponde às despesas que alteram definitivamente o património financeiro líquido, ou seja à soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, de natureza corrente e de capital, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”. No caso do subsector Estado, é também excluída a transferência de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Despesa primária: A despesa primária é a despesa antes de juros. Em contabilidade pública trata-se da despesa efetiva antes de juros e outros encargos da dívida.

Glossário de termos das finanças públicas

Despesa total [conceito de contabilidade pública]: Na ótica da contabilidade pública a “despesa total” ou “despesa orçamental” compreende todos os gastos que assumam expressão orçamental. Neste âmbito identifica-se toda e qualquer transação com ativos e passivos financeiros (despesa não efetiva), bem como todas as outras transações relacionadas com a aquisição de bens e serviços, juros, subsídios, prestações sociais, remunerações, investimentos (despesa efetiva).

Dívida não financeira: A dívida não financeira corresponde à dívida de natureza comercial e administrativa, integrada no passivo, em virtude de já se encontrar vencida ou porque deva ser liquidada até doze meses após a data do balanço.

Dívida total [municipal]: A dívida total de operações orçamentais dos municípios engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, assumidas por iniciativa dos próprios municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos.

Dotação corrigida: A dotação corrigida corresponde aos recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais (reforços e/ou anulações) que entretanto tenham ocorrido.

Encargos da dívida [conceito de contabilidade pública]: Os encargos da dívida incluem os juros, comissões e outros encargos relacionados com o serviço da dívida.

Esforço orçamental: O esforço orçamental corresponde à melhoria (ou correção) do saldo estrutural.

Execução orçamental: A execução orçamental é o conjunto de operações que refletem a cobrança de receitas e o pagamento de despesas previstas no Orçamento do Estado.

Grau de execução: Indicador, expresso em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão (ou dotação corrigida) abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou alterado.

Limite da dívida total [municípios]: O limite da dívida total diz respeito ao limite definido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece que a dívida total de operações orçamentais dos municípios, incluindo a das entidades do sector empresarial local, não pode ultrapassar, no final de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Receita efetiva [conceito de contabilidade pública]: A receita efetiva corresponde às receitas que alteram definitivamente o património financeiro líquido. No caso do subsector Estado, corresponde à soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”; nos restantes subsectores exclui-se também os “saldos da gerência anterior”.

Receita fiscal: A receita fiscal corresponde ao total das prestações pecuniárias de natureza corrente, definitivas, com carácter coercivo e unilateral, de que são beneficiários o Estado, uma Autarquia Local ou outro ente público. Constituem exemplos as receitas obtidas dos impostos sobre o rendimento, dos impostos sobre os bens e serviços, sobre o património e outros impostos.

Receita fiscal municipal: A receita fiscal municipal é a receita proveniente dos impostos diretos e indiretos municipais que contemplam, nomeadamente, as receitas provenientes do IMI, IMT, derrama municipal, imposto único de circulação e demais impostos entretanto extintos, mas cuja cobrança não tenha sido efetuada na altura da liquidação.

Receita própria: A receita própria são cobranças efetuadas pelos serviços ou organismos, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos. Constituem exemplos as taxas moderadoras, propinas, taxas de justiça e emolumentos.

Glossário de termos das finanças públicas

Recuperação financeira municipal: A situação de recuperação financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total (ver “Limite da Dívida Total”) do município seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Remunerações dos empregados: As remunerações dos empregados definem-se como o total das remunerações, em dinheiro ou em espécie, a pagar pelos empregadores aos empregados como retribuição pelo trabalho prestado por estes últimos no período de referência. As remunerações dos empregados subdividem-se em: a) ordenados e salários; ordenados e salários em dinheiro; ordenados e salários em espécie; b) contribuições sociais dos empregadores podendo estas ser efetivas ou imputadas. Outra designação comum é “despesas com pessoal”.

Reposições abatidas nos pagamentos: As reposições abatidas nos pagamentos correspondem a uma dedução à despesa de pagamentos orçamentais indevidos, quando ocorridos no próprio ano.

Reposições não abatidas nos pagamentos [conceito de contabilidade pública]: As reposições não abatidas nos pagamentos correspondem a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo referentes a pagamentos orçamentais ocorridos em anos anteriores, que sejam indevidos ou que não tenham sido utilizados pelas entidades que receberam essa receita.

Rutura financeira (Administração Local): Nos termos da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro a situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total do município seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. A dívida total do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Saldo corrente: O saldo corrente corresponde à diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo de capital: O saldo de capital corresponde à diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global ou saldo das Administrações Públicas: O saldo global corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva na ótica da contabilidade pública.

Saldo orçamental: O saldo orçamental corresponde à diferença entre receitas e despesas. A designação estatística é “capacidade ou necessidade líquida de financiamento”.

Saldo primário: O saldo primário corresponde à diferença entre a receita e a despesa primária (despesa antes de juros).

Saneamento financeiro municipal: O saneamento financeiro municipal corresponde ao mecanismo de recuperação financeira municipal, consagrado no artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ao qual os municípios podem aderir tendo em vista a reprogramação da respetiva dívida e a consolidação dos passivos financeiros.

Fonte: Conselho de Finanças Públicas. (Abril de 2015). Glossário de termos das Finanças Públicas. Obtido em 13 de Abril de 2017, de Conselho de Finanças Públicas: <http://www.cfp.pt/wp-content/uploads/2015/04/Glossario-de-termos-das-Financas-Publicas.pdf>

Anexo I

Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 4.º Trimestre de 2016 - julho de 2017)

- a) Participação variável no IRS - taxa máxima _ aprovada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 30 /09/ 2016;
- b) Derrama - Para o exercício de 2016 o valor de receita previsto no PAM cifrava-se em 32.800 €. Foram arrecadados 33.353 €. Apesar da dificuldade no respetivo cálculo e de constituir uma receita em que o município apenas intervém na definição da taxa o objetivo foi cumprido. Para o exercício de 2017 a Assembleia Municipal aprovou na sua sessão de 30 /09/2016 a aplicação da taxa máxima conforme vinculação constante do PAM;
- c) IMI: As projeções constantes do PAM tiveram por base a última lista cadastral e com os valores patrimoniais disponibilizada pela autoridade tributária, na base da qual foi estimada uma receita de 562.800 €, incluindo a majoração que incidiu sobre os prédios devolutos. Foram arrecadados 515.982 €, 91,7% da previsão. O município desconhece o montante de liquidações não cobrado pela autoridade tributária. Para o exercício de 2017 a Assembleia Municipal aprovou na sua sessão de 30/09/2016 a aplicação da taxa máxima conforme vinculação constante do PAM;
- d) Medida cumprida, pois o Município não está a aplicar qualquer fator minorativo e está a aplicar fatores majorativos na Ordem dos 30% no IMI. Esta medida aplica-se a prédios urbanos degradados na zona histórica de Vila Real de Santo António;
- e) Medida cumprida. A atualização do regulamento de taxas do Município encontra-se em fase de elaboração, com a expectativa de que entre em vigor em 2018;
- f) O regulamento de taxas do Município está em elaboração, a sua atualização tem previsto a adequação às recomendações da entidade reguladora;
- g) O processo de cobrança tem sido melhorado, pelo que a receita cobrada em 2016 foi de 70.074,00€, registando uma melhoria face a 2015 (ano em que a cobrança foi de 46.351,00€);
- h) Medida cumprida. O regulamento de taxas do Município está em elaboração e, a sua atualização tem previsto a adequação às recomendações da entidade reguladora;
- i) Redução extraordinária da dívida _ A redução da dívida foi ultrapassada em 1.137.258 € (5,8%) face aos objetivos definidos no PAM para 2016;
- j) Anexo ao relatório de monitorização;
- k) Anexo ao relatório de monitorização;
- l) Ficha do Município: 1.º trimestre 2016 - 198; 4.º trimestre de 2016 - 192;
- m) Medida cumprida. Desvio favorável na ordem dos 4%;
- n) As despesas com pessoal totalizaram 3,153 milhões de euros ficando assim abaixo do objetivo definido no PAM em 122 mil euros, o que representa uma poupança de 3,75%;
- o) Foram mantidos os horários de trabalho, com redução do nº de horas extraordinárias;
- p) Medida parcialmente cumprida. Em 2016 foi respeitado o limite definido pelo Orçamento Municipal, aplicado nas Atividades Económicas (Cemitério). Apesar disto, existe um desvio favorável face ao previsto em PAM;
- q) Medida cumprida. Está em curso a preparação de um procedimento de concurso público com vista à redução dos gastos com a energia elétrica, através de uma economia de escala conseguida em parceria com a Empresa Municipal;
- r) O município mantém apenas três prédios em regime de arrendamento para serviços operacionais com uma renda anual de 16.740,00. Por falta de instalações próprias é imprescindível a manutenção dos atuais contratos;

Anexo I

Reporte do Município relativo ao cumprimento das medidas previstas no PAM (Relatório de acompanhamento do PAM - 4.º Trimestre de 2016 - julho de 2017)

s) O volume de água em auto consumo foi reduzido de 32566 m³ para 31285 m³;

t) Medida cumprida. Desvio favorável na ordem dos 4%, na rubrica 02 da Despesa-Aquisição de Bens e Serviços. Como já referido na alínea f), está em curso a preparação de um procedimento de concurso público com vista à redução dos gastos com a energia elétrica, através de uma economia de escala conseguida em parceria com a Empresa Municipal, dando início às renegociações referidas anteriormente;

u) O valor de execução das Transferências correntes foi de 3.552.883,09€, superior ao previsto em PAM. Recorde-se que existem valores relativos ao apoio às instituições e associações de natureza desportiva, que se concretizam através da utilização que estas fazem do Complexo Desportivo (equipamento da VRSA Sociedade de Gestão Urbana EM SA, empresa participada que irá faturar esses valores). A 31/12/2016 o valor de acréscimos relativo a esta questão era de 683,661,62€;

v) Medida cumprida. Verifica-se que ao nível da Despesa Total a execução (29,121,174,61€) face ao PAM ajustado (29,162,410,36€) é positiva em 41,235,75€. Este facto reflete que as medidas adotadas vão de encontro ao comprometido no Plano de Ajustamento. De realçar que o Orçamento de 2017 foi elaborado tendo em linha de conta as diretrizes do PAM.;

w) Relativamente ao conteúdo da cláusula 3ª do contrato o município tem cumprido os acordos de reestruturação da dívida, antecipando em alguns casos o pagamento de prestações, apesar de não se terem concretizado as entradas da 2ª e 3ª prestações da assistência financeira do FAM previstas no PAM e que não se concretizaram pelo desfasamento, data do visto do Tribunal de Contas que diferiu para setembro a 1ª prestação, o que tornou impraticável a realização de relatório trimestral do período de setembro _ novembro que permitisse a entrada da 2ª prestação em novembro. Assim, e por acordo com a Comissão Executiva do FAM foi estabelecido que o período de controlo passaria para dezembro;

x) O procedimento de aprovação do FAM pela AM, bem como de todos os contratos individuais que fundaram dívida forma incluídos no processo de visto do TC que visou o contrato FAM;

y) A revisão das normas de controlo interno reforçou os mecanismos de responsabilização e verificação de conformidade da legalidade, não se tendo detetado incumprimentos;

z) Não aplicável.

Anexo II

Balancete Dezembro de 2016 (contas da classe 0 à classe 3)

		€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
Total		756.871.305,58 €	846.086.577,32 €	81.461.458,21 €	82.023.567,89 €	838.332.763,79 €	928.110.145,21 €	0,00 €	89.777.381,42 €
● 0 - Contas Do Controlo Orçamental E De Ordem	⊕ 1 - Orçamento Exercício Corrente	62.818.695,24 €	62.818.695,44 €	2.107.555,01 €	2.107.555,01 €	64.926.250,25 €	64.926.250,45 €	0,00 €	0,20 €
	⊕ 2 - Despesas	163.054.545,78 €	203.982.735,27 €	10.394.310,71 €	10.394.310,71 €	173.448.856,49 €	214.377.045,98 €	0,00 €	40.928.189,49 €
	⊕ 3 - Receitas	115.322.312,08 €	74.394.122,39 €	0,00 €	0,00 €	115.322.312,08 €	74.394.122,39 €	40.928.189,69 €	0,00 €
	⊕ 4 - Orçamento - Exercícios Futuros	165.529.897,69 €	66.587.571,08 €	94.215,84 €	0,00 €	165.624.113,53 €	66.587.571,08 €	99.036.542,45 €	0,00 €
	⊕ 5 - Compromissos - Exercícios Futuros	66.587.571,08 €	165.529.897,69 €	0,00 €	94.215,84 €	66.587.571,08 €	165.624.113,53 €	0,00 €	99.036.542,45 €
	⊕ 9 - Contas De Ordem	12.123.808,78 €	12.123.808,78 €	1.055.849,76 €	1.055.849,76 €	13.179.658,54 €	13.179.658,54 €	0,00 €	0,00 €
● 1 - Disponibilidades	⊕ 1 - Caixa	32.083.737,94 €	32.070.646,53 €	12.684.435,50 €	12.693.625,31 €	44.768.173,44 €	44.764.271,84 €	3.901,60 €	0,00 €
	⊕ 2 - Depósitos Em Instituições Financeiras	27.974.594,78 €	20.984.997,99 €	11.312.231,70 €	15.507.588,65 €	39.286.826,48 €	36.492.586,64 €	2.794.239,84 €	0,00 €
● 2 - Terceiros	⊕ 1 - Clientes, Contribuintes E Utentes	17.855.612,61 €	14.071.986,91 €	2.380.643,65 €	3.071.766,51 €	20.236.256,26 €	17.143.753,42 €	3.092.502,84 €	0,00 €
	⊕ 2 - Fornecedores	14.239.444,41 €	29.792.040,04 €	7.650.936,98 €	2.546.044,23 €	21.890.381,39 €	32.338.084,27 €	0,00 €	10.447.702,88 €
	⊕ 3 - Empréstimos Obtidos	1.446.649,56 €	65.060.676,52 €	1.922.839,49 €	0,00 €	3.369.489,05 €	65.060.676,52 €	0,00 €	61.691.187,47 €
	⊕ 4 - Estado E Outros Entes Públicos	1.832.052,28 €	2.388.904,32 €	333.987,86 €	698.449,95 €	2.166.040,14 €	3.087.354,27 €	0,00 €	921.314,13 €
	⊕ 5 - Devedores E Credores Pela Execução Do Orçamento	44.012.586,00 €	44.012.586,00 €	19.688.242,99 €	19.688.242,99 €	63.700.828,99 €	63.700.828,99 €	0,00 €	0,00 €
	⊕ 6 - Outros Devedores E Credores	30.625.587,44 €	26.155.658,49 €	9.304.658,63 €	8.081.154,12 €	39.930.246,07 €	34.236.812,61 €	5.693.433,46 €	0,00 €
	⊕ 7 - Acréscimos E Diferimentos	547.395,09 €	21.531.522,46 €	2.380.496,32 €	5.897.725,89 €	2.927.891,41 €	27.429.248,35 €	0,00 €	24.501.356,94 €
	⊕ 9 - Provisões	207.272,71 €	4.221.013,20 €	110.430,06 €	147.296,62 €	317.027,77 €	4.368.309,82 €	0,00 €	4.050.607,05 €
	⊕ 1 - Compras	181.986,10 €	183.966,33 €	20.673,01 €	18.692,78 €	202.659,11 €	202.659,11 €	0,00 €	0,00 €
● 3 - Existências	⊕ 6 - Matérias-Primas, Subsidiárias E De Consumo	401.044,82 €	161.828,65 €	19.272,33 €	7.779,19 €	420.317,15 €	169.607,84 €	250.709,31 €	0,00 €
	⊕ 8 - Regularização De Existências	26.511,19 €	13.919,23 €	678,37 €	13.270,33 €	27.189,56 €	27.189,56 €	0,00 €	0,00 €

Anexo II

Balancete de Dezembro de 2016 (contas da classe 4 à classe 8)

		€ Valor a Débito Anterior	€ Valor a Crédito Anterior	€ Valor a Débito do Período	€ Valor a Crédito do Período	€ Valor Total a Débito	€ Valor Total a Crédito	€ Saldo Devedor	€ Saldo Credor
Total		299.396.326,36 €	210.181.054,62 €	100.846.361,60 €	100.284.251,92 €	400.242.687,96 €	310.465.306,54 €	89.777.381,42 €	0,00 €
● 4 - Imobilizações	⊕ 1 - Investimentos Financeiros	48.394.871,90 €	0,00 €	1.289.299,59 €	2.626.798,33 €	49.684.171,49 €	2.626.798,33 €	47.057.373,16 €	0,00 €
	⊕ 2 - Imobilizações Corpóreas	112.589.422,22 €	25.114,57 €	15.270.900,92 €	18.768.913,59 €	127.860.323,14 €	18.794.028,16 €	109.066.294,98 €	0,00 €
	⊕ 3 - Imobilizações Incorpóreas	3.187.901,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.187.901,87 €	0,00 €	3.187.901,87 €	0,00 €
	⊕ 4 - Imobilizações Em Curso	702.389,24 €	323.106,67 €	0,00 €	135.293,15 €	702.389,24 €	458.399,82 €	243.989,42 €	0,00 €
	⊕ 5 - Bens De Domínio Público	30.144.313,35 €	0,00 €	22.003.656,80 €	601.632,79 €	52.147.970,15 €	601.632,79 €	51.546.337,36 €	0,00 €
	⊕ 6 - Amortizações Acumuladas	23.268,39 €	22.331.039,36 €	207.094,49 €	10.729.175,38 €	230.362,08 €	33.060.214,74 €	0,00 €	32.829.851,86 €
● 5 - Fundo Patrimonial	⊕ 0 - Fundo Patrimonial	81.403.068,23 €	161.841.940,10 €	47.981.751,84 €	58.312.420,37 €	129.384.820,07 €	220.154.360,47 €	0,00 €	90.769.540,40 €
● 6 - Custos E Perdas	⊕ 1 - Custo Das Mercadorias Vendidas E Das Matérias Consumidas	161.011,59 €	18.083,89 €	7.100,82 €	0,00 €	168.112,41 €	18.083,89 €	150.028,52 €	0,00 €
	⊕ 2 - Fornecimentos E Serviços Externos	5.732.062,28 €	52.369,34 €	1.022.552,16 €	7.470,48 €	6.754.614,44 €	59.839,82 €	6.694.774,62 €	0,00 €
	⊕ 3 - Transferências E Subsídios Correntes Concedidos E Prestações Sociais	1.344.198,16 €	56,00 €	1.534.168,56 €	557.799,34 €	2.878.366,72 €	557.855,34 €	2.320.511,38 €	0,00 €
	⊕ 4 - Custos Com O Pessoal	6.800.301,70 €	5.543,23 €	1.361.146,45 €	815.158,88 €	8.161.448,15 €	820.702,11 €	7.340.746,04 €	0,00 €
	⊕ 5 - Outros Custos E Perdas Operacionais	162.048,66 €	3.113,47 €	29.271,76 €	7.369,45 €	191.320,42 €	10.482,92 €	180.837,50 €	0,00 €
	⊕ 6 - Amortizações Do Exercício	0,00 €	0,00 €	2.860.256,26 €	0,00 €	2.860.256,26 €	0,00 €	2.860.256,26 €	0,00 €
	⊕ 7 - Provisões Do Exercício	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	⊕ 8 - Custos E Perdas Financeiros	1.296.670,09 €	92.270,71 €	1.877.653,75 €	225.520,18 €	3.174.323,84 €	317.790,89 €	2.856.532,95 €	0,00 €
	⊕ 9 - Custos E Perdas Extraordinários	291.813,01 €	71.941,63 €	1.653.185,40 €	0,00 €	1.944.998,41 €	71.941,63 €	1.873.056,78 €	0,00 €
● 7 - Proveitos E Ganhos	⊕ 1 - Vendas E Prestações De Serviços	1.817,51 €	2.604.639,09 €	126.175,63 €	969.227,01 €	127.993,14 €	3.573.866,10 €	0,00 €	3.445.872,96 €
	⊕ 2 - Impostos E Taxas	65.625,00 €	11.156.225,48 €	16.868,26 €	1.111.479,18 €	82.493,26 €	12.267.704,66 €	0,00 €	12.185.211,40 €
	⊕ 3 - Proveitos Suplementares	0,00 €	714.631,59 €	0,00 €	180.781,01 €	0,00 €	895.412,60 €	0,00 €	895.412,60 €
	⊕ 4 - Estudos, Projectos E Assistência Tecnológica	15.910,24 €	3.307.080,46 €	157.908,74 €	339.956,66 €	173.818,98 €	3.647.037,12 €	0,00 €	3.473.218,14 €
	⊕ 6 - Outras Proveitos E Ganhos Operacionais	0,00 €	211.891,61 €	0,00 €	95.301,18 €	0,00 €	307.192,79 €	0,00 €	307.192,79 €
	⊕ 8 - Proveitos E Ganhos Financeiros	0,00 €	86.110,95 €	0,00 €	690.759,25 €	0,00 €	776.870,20 €	0,00 €	776.870,20 €
	⊕ 9 - Proveitos E Ganhos Extraordinários	891,47 €	257.155,02 €	3.447.370,17 €	4.109.195,69 €	3.448.261,64 €	4.366.350,71 €	0,00 €	918.089,07 €
● 8 - Resultados	⊕ 0 - Resultados	7.078.741,45 €	7.078.741,45 €	0,00 €	0,00 €	7.078.741,45 €	7.078.741,45 €	0,00 €	0,00 €